

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 179 – 28/12/2020 à 01/01/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Programa de suspensão de contratos e redução de jornada acaba nesta quinta](#)

Consultor Jurídico - 31/12/2020

As empresas devem encerrar nesta quinta-feira (31/12) os acordos de redução de jornada e salário ou de suspensão de contratos proporcionados pelo Benefício Emergencial para Preservação do Emprego e da Renda (BEm), programa do governo federal que instituiu a medida excepcional em função da crise gerada pela pandemia da Covid-19. O BEm foi criado em abril, por meio da Medida Provisória nº 936/2020, e transformado na [Lei 14.020/2020](#) em julho. O programa foi prorrogado duas vezes ao longo deste ano.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Grandes temas serão objeto de análise pelo STF em 2021](#)

Supremo Tribunal Federal - 31/12/2020

Já estão definidos o calendário e a pauta de julgamentos das 37 sessões plenárias que o Supremo Tribunal Federal (STF) realizará no primeiro semestre de 2021. A seleção dos processos privilegiou a concretização das liberdades civis e econômicas, como, por exemplo, o direito ao esquecimento, o direito de resposta em periódicos jornalísticos, a comercialização de bebidas alcóolicas em rodovias e em estádios, a regulamentação de jogos de azar, as restrições resultantes da propriedade intelectual e as cotas de produções nacionais nos empreendimentos audiovisuais. Receberam prioridade os casos relacionados à pandemia da Covid-19.

[Lewandowski estende vigência de medidas sanitárias contra Covid-19](#)

Supremo Tribunal Federal - 30/12/2020

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), estendeu a vigência de dispositivos da Lei 13.979/2020 que estabelecem medidas sanitárias para combater à pandemia da Covid-19. A decisão do ministro, proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6625, ajuizada pela Rede Sustentabilidade, leva em conta o término do prazo de vigência da lei, que ocorrerá nesta quinta-feira (31). A medida cautelar será submetida a referendo do Plenário da Corte.

[Banco não terá de reintegrar empregado com deficiência auditiva dispensado sem justa causa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/12/2020

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a determinação de reintegração de um assistente de operação e suporte do Itaú Unibanco S. A. dispensado sem justa causa, apesar de sua deficiência auditiva. Embora o banco não tivesse contratado outra pessoa nas mesmas condições para sua vaga, ficou demonstrado que, mesmo com a

dispensa, foi mantido o percentual mínimo previsto em lei para a contratação de pessoas com deficiência ou reabilitadas.

[TST aumenta em 6,3% a quantidade de processos julgados em 2020](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/12/2020

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou, em 2020, 318.053 processos. A marca é 6,3% superior aos números registrados em 2019, quando o Tribunal encerrou o ano com 299.186 casos julgados. O tempo médio de tramitação também caiu de 541 para 522 dias, uma variação de -3,5%. Os dados, que constam do relatório de Movimentação Processual do TST revelam o aumento de produtividade do Tribunal no período de janeiro a novembro deste ano, durante o regime de trabalho remoto implementado como medida de prevenção ao coronavírus.



Notícias do Executivo

[Pronampe concede crédito a 517 mil empresas](#)

Ministério da Economia - 31/12/2020

Mais de 500 mil empresas foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). O programa, coordenado pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), inovou ao dar suporte de garantias para as pequenas empresas conseguirem de fato pegar empréstimos no sistema financeiro durante a pandemia da Covid-19. Ao todo, nas três fases do Pronampe, foram liberados mais de R\$ 37,5 bilhões pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO), com recursos do Tesouro Nacional.

[Salário mínimo de R\\$ 1,1 mil em 2021 respeita as regras fiscais e não fere o Teto de Gastos](#)

Ministério da Economia - 31/12/2020

reajuste do valor do salário mínimo para R\$ 1.100 mensal em 2021, conforme anunciado, na quarta-feira (30/12), pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, respeita todas as regras fiscais e não fere o Teto de Gastos, apontaram no início da noite o ministro substituto do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, e o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. Acesse a [Medida Provisória nº 1.021, de 30 de dezembro de 2020](#), que define o valor do salário mínimo em 2021.

[Ministério da Economia divulga feriados e pontos facultativos para 2021](#)

Ministério da Economia - 31/12/2020

A [Portaria nº 430, de 30 de dezembro de 2020](#), do Ministério da Economia, publicada nesta quinta-feira (31/12) no Diário Oficial da União, define os feriados nacionais e pontos facultativos no ano de 2021. As datas deverão ser observadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem comprometimento

das atividades públicas consideradas como serviços essenciais à população.

[Economia abre consulta pública sobre aprendizagem profissional](#)

Ministério da Economia - 30/12/2020

A partir de hoje, os brasileiros poderão opinar e dar sugestões sobre a aprendizagem profissional no país. A [consulta pública](#) sobre o tema foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (30/12). A proposta dispõe sobre uma nova portaria que trata da aprendizagem profissional e do Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional (CNAP), destinado ao cadastramento das entidades qualificadoras, dos programas, cursos e dos aprendizes.

[Governo transforma 500 novos serviços em digitais durante a pandemia](#)

Ministério da Economia - 29/12/2020

O governo brasileiro ultrapassou os 500 serviços transformados em digitais durante a pandemia de Covid-19. Foram 515 serviços priorizados desde março de 2020. Além de digitalizar serviços públicos já existentes, como o Seguro Desemprego do Empregado Doméstico e a prova de vida dos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por reconhecimento facial, foram lançados outros exclusivamente na forma on-line, como o Auxílio Emergencial e o PIX.

[Nova Lei de Falências vai melhorar os resultados de recuperações judiciais no país](#)

Ministério da Economia - 29/12/2020

A nova Lei de Falências vai melhorar os resultados das recuperações judiciais brasileiras, apontou na tarde desta segunda-feira (28/12) o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues. Em entrevista coletiva virtual, Rodrigues e equipe técnica do Ministério da Economia apresentaram [análise e os impactos econômicos](#) da nova Lei de recuperação judicial, falência e extrajudicial ([Lei nº 14.112/2020](#)), sancionada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, em 24 de dezembro.

[Livro traz orientações para controle de exposição dérmica a produtos químicos](#)

Fundacentro - 31/12/2020

O livro “Orientações Básicas para Controle da Exposição Dérmica a Produtos Químicos” foi lançado em dezembro, durante o Encontro de Pesquisa & Inovação. Esta é a quarta publicação da série “Avaliação Qualitativa de Riscos Químicos”, que também traz produções voltadas para fundições, gráficas e uma edição com orientações básicas para o controle da exposição a produtos químicos de forma geral.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Violações trabalhistas relacionadas à Covid-19 motivam 38% das denúncias ao MPT em 2020](#)

Ministério Público do Trabalho - 30/12/2020

Desde o início da pandemia, a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) tem se tornado ainda mais relevante para garantir os direitos e a proteção de trabalhadores e de trabalhadoras no país. Com isso, as violações trabalhistas relacionadas à Covid-19 motivaram 38% do total das denúncias recebidas pelo órgão em 2020. Das 93.707 denúncias, 36.010 eram decorrentes dos impactos do novo coronavírus no mundo do trabalho, uma média de quase 100 denúncias por dia relativas ao tema. No mesmo período, foram abertos mais de 22 mil inquéritos civis para apurar irregularidades trabalhistas, dos quais 9.810 (44%) eram sobre Covid.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Normas Regulamentadoras, leis e fiscalização trabalhistas não são entrave ao País. Desmonte dessa estrutura, sim](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 30/12/2020

Há anos, leis trabalhistas e normativos de Segurança e Saúde do Trabalho do País sofrem ataques sem precedentes, perpetrados por governantes diversos que, além de tudo, não hesitam em exibir sua desinformação sobre os assuntos. Não pela primeira vez, nesta segunda-feira, 28 de dezembro, o presidente da República Jair Bolsonaro fez afirmações desarrazoadas sobre o papel das Normas Regulamentadoras (NRs) de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e sobre a atuação dos Auditores-Fiscais do Trabalho na fiscalização de seu cumprimento. Em entrevista ao programa da CNN Prime Time, o chefe do Estado brasileiro declarou ainda ter lado quando o assunto é direito trabalhista versus maus empregadores.

[SINAIT leva à Subsecretaria de Inspeção preocupação da categoria com retorno precipitado ao trabalho presencial](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 30/12/2020

Dirigentes do SINAIT reuniram-se nesta segunda-feira, 28 de dezembro, virtualmente, com o subsecretário de Inspeção do Trabalho, Rômulo Machado, a fim de tratar da reabertura das unidades descentralizadas pelo País, conforme notícias que têm chegado à categoria. O presidente do Sindicato, Bob Machado, expressou a preocupação dos Auditores-Fiscais do Trabalho com os riscos que um retorno precipitado pode trazer à vida e à saúde não somente dos Auditores, mas também de outros servidores, incluindo terceirizados, e dos cidadãos.

Outras Notícias

[Semana da Execução Trabalhista movimentou R\\$ 1,8 bilhão](#)

Consultor Jurídico - 30/12/2020

A Justiça do Trabalho movimentou mais de R\$ 1,8 bilhão durante a 10ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, ocorrida entre 30/11 e 4/12. O valor é recorde para apenas uma edição da campanha. Em 2019, sem um cenário de crise epidemiológica, a movimentação foi de quase R\$ 1,7 bilhão, recorde anterior.



Atos Normativos

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 148, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 28/12/2020 Seção I Pág. 161) - Contribuições Sociais Previdenciárias. Hipótese de Incidência. Primeiros Quinze Dias do Auxílio-Doença. Dedução. Salário Integral. Até 15 Dias. Coronavírus. Covid-19;

[PORTARIA ME Nº 422, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 29/12/2020 Seção I Pág. 713) - Altera o Anexo à Portaria nº 282, de 31 de maio de 2011 (CRPC), do extinto Ministério da Previdência Social;

[PORTARIA CONJUNTA SEDS/MC, SEPRT/ME, INSS, SNDPD/MMFDH Nº 94, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 29/12/2020 Seção I Pág. 761) - Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de viabilizar a revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), de que trata o art. 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (Processo nº 10128.127145/2020-26);

[PORTARIA Nº 25.421, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 29/12/2020 Seção I Extra Pág. 16) - Prorroga até 31 de dezembro de 2020 o prazo para formalização de operações de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe);

[PORTARIA ME Nº 423, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 30/12/2020 Seção I Pág. 43) - Prorroga o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios (BMOB) e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade (BPMBI), de que tratam a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019;

[AVISO DE TOMADA PÚBLICA DE SUBSÍDIOS SEPRT Nº 4/2020](#) (DOU de 30/12/2020 Seção III Pág. 65) - Instaurar Tomada Pública de Subsídios para instruir a revisão das Normas Regulamentadoras nº 13 (Caldeiras, Vasos de Pressão, Tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento), nº 22 (Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração), nº 36 (Seguran-

ça e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados), nº 37 (Segurança e Saúde em Plataformas de Petróleo), bem como a revisão de anexos sobre agentes químicos e elaboração de anexo sobre cancerígenos com impacto na Norma Regulamentadora nº 15 - Atividades e Operações Insalubres e na Norma Regulamentadora nº 09 - Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos;

[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA SEPEC/ME E SEPRT/ME Nº 1, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 30/12/2020 Seção III Pág. 65) - Submete à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de nova Portaria que dispõe sobre a aprendizagem profissional e sobre o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional – CNAP;

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.021, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 31/12/2020 Seção I Pág. 01) - Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021;

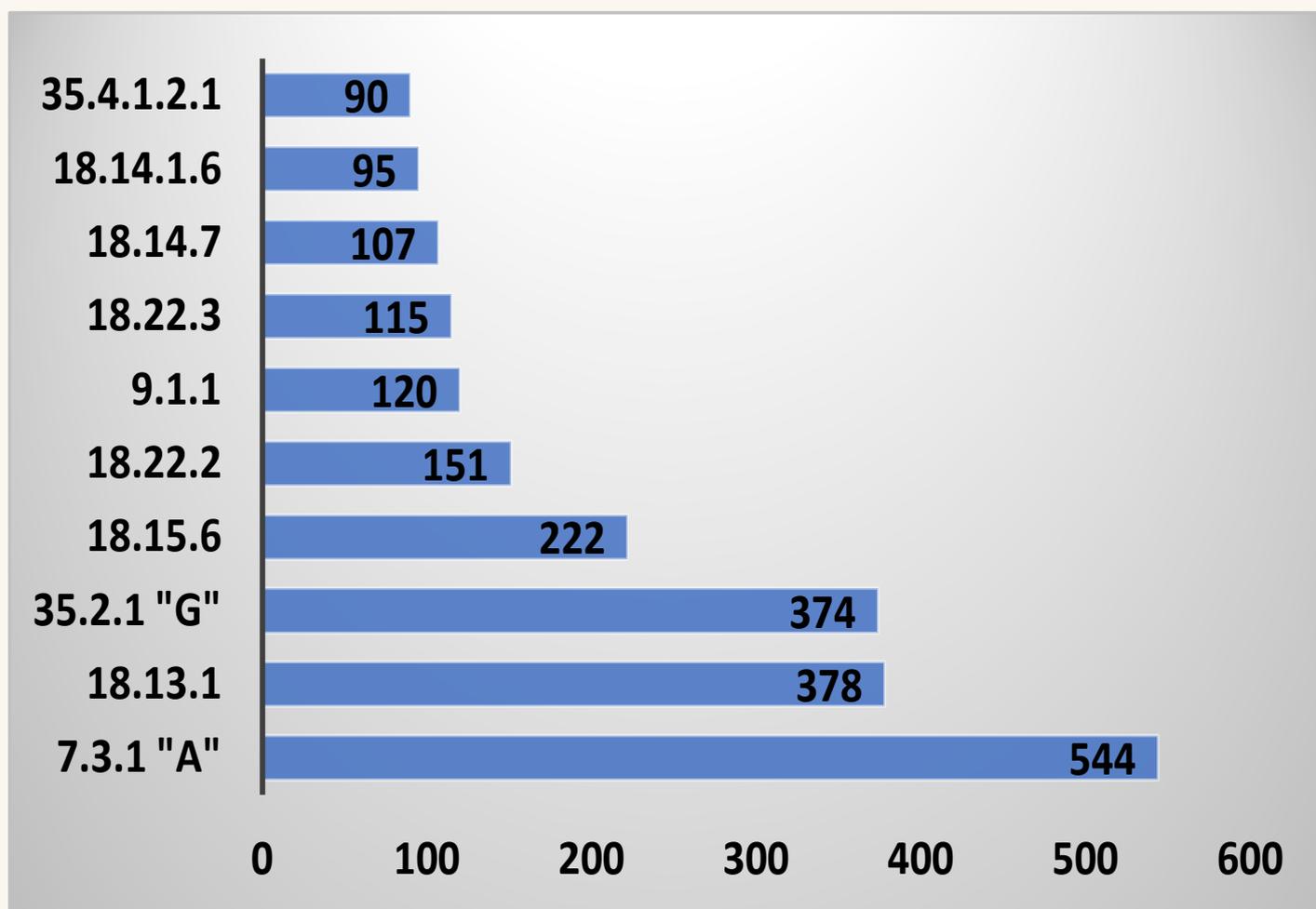
[PORTARIA ME Nº 430, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 31/12/2020 Seção I Pág. 39) - Divulga os dias de feriados nacionais e estabelecidos os dias de ponto facultativo no ano de 2021, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais;

[PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 5.077, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 31/12/2020 Seção I Pág. 52) - Altera a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 895, de 15 de maio de 2019, que dispõe sobre os parcelamentos de que trata a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2020 (jan/nov):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Notificação: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

7.3.1 Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

35.2.1 Cabe ao empregador:

g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

9.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambien-

te de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

18.22.3 As máquinas e os equipamentos que ofereçam risco de ruptura de suas partes móveis, projeção de peças ou de partículas de materiais devem ser providos de proteção adequada.

18.14.7 Os equipamentos de guindar e transportar materiais e pessoas devem ser vistoriados diariamente, antes do início dos serviços, pelo operador, conforme orientação dada pelo responsável técnico do equipamento, atendidas as recomendações do manual do fabricante, devendo ser registrada a vistoria em livro de inspeção do equipamento.

18.14.1.6 Toda empresa usuária de equipamentos de movimentação e transporte de materiais e ou pessoas deve possuir o seu “Programa de Manutenção Preventiva” conforme recomendação do locador, importador ou fabricante.

35.4.1.2.1 A aptidão para trabalho em altura deve ser consignada no atestado de saúde ocupacional do trabalhador.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula